



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**EDUARDO AUGUSTO DE MELO GONÇALVES**

**PERCEÇÃO DOS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL SOBRE O ESPECTRO DO AUTISMO:  
ESTUDO DE CASO**

---

Londrina  
2014

EDUARDO AUGUSTO DE MELO GONÇALVES

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL SOBRE O ESPECTRO DO AUTISMO:  
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Educação Física apresentado ao Departamento de Estudos do Movimento Humano da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Física na Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Munhoz Gomes

Londrina  
2014

EDUARDO AUGUSTO DE MELO GONÇALVES

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL SOBRE O ESPECTRO DO AUTISMO:  
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Educação Física apresentado ao Departamento de Estudos do Movimento Humano da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Física na Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Munhoz Gomes

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Nilton Munhoz Gomes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Gisele F. de Lima Santos  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Ângela P. T. V. Palma  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 10 de Abril de 2014.

Dedico este trabalho a todos que tenham sensibilidade e interesse em ajudar pelo menos uma criança com espectro do autismo durante sua vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, não só pela constante orientação neste trabalho, mas pela sua amizade, paciência e dedicação.

À professora Ângela Palma, pelo incentivo e dedicação aos alunos da Pós-Graduação em Educação Física Escolar na Educação Básica.

Aos colegas que convivi junto durante essa caminhada, que me fazem ter a certeza de que posso dizer que tenho bons amigos.

Às pessoas que contribuíram para que eu concluísse esse trabalho: Edelita Martins, a direção da Escola Maestral e o amigo Washinton Luiz da Costa.

Aos professores do curso que me ajudaram com seus ensinamentos: Nilton, Ângela, Gisele, Thiago, Fernando, Juliana, José Augusto, Marilene, Orlando e Ana Maria.

A Deus e Nossa Senhora que estão sempre ao meu lado, guiando, orientando e ajudando nas dificuldades e nas alegrias.

À minha esposa Adriana Gonçalves e minhas filhas Maria Eduarda e Ana Beatriz, que entenderam as dificuldades encontradas em momentos de dedicação aos estudos e realização desta monografia.

GONÇALVES, Eduardo Augusto de Melo. **Percepção dos alunos do 6º ano do ensino fundamental sobre o espectro do autismo**: Estudo de Caso. 2014. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Física na Educação Básica) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## RESUMO

Os indivíduos acometidos pela Síndrome de Asperger (SA), para alguns pesquisadores, são pessoas autistas com níveis intelectuais e linguísticos elevados, porém, não existe uma diferença qualitativa em relação aos mais atrasados ou graves. Para outros, a SA deve ser distinguida qualitativamente do transtorno autista. Para esses autores, apresentam algumas insuficiências sérias, porque “existe um atraso no desenvolvimento da linguagem”. No entanto, se há desenvolvimento, essa linguagem é sempre adquirida de forma tardia e anômala, sendo formalmente correta ou até mesmo “correta e formal demais”. O presente estudo teve como objetivo verificar, por meio da aplicação do instrumento entrevista, o conhecimento que alunos sem necessidades especiais têm sobre a temática do espectro do autismo: como eles percebem a importância das aulas de Educação Física para o aluno com SA e como eles se relacionam com esse aluno nessa disciplina. Para tal, utilizou-se a pesquisa descritiva. Fizeram parte desse estudo quinze alunos, matriculados em uma turma do 6º ano do ensino Fundamental II, tendo uma aluna com SA em processo de inclusão. O critério para a escolha da escola e da turma foi proposital. Os resultados mostraram que os alunos, principalmente dessa turma, pouco sabem o que é SA e a minoria percebe diferenças físicas ou intelectuais entre eles, principalmente na aluna com SA. Portanto, sob o ponto de vista desses alunos, é importante a prática de Educação Física para uma melhor interação social. Com isso, conclui-se que é de suma importância conhecer as características da SA, para que a inclusão desse aluno nas aulas de Educação Física aconteça, possibilitando ao professor a realização de adaptações durante as aulas e em todo o ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Síndrome de Asperger. Inclusão Escolar. Educação Física.

GONÇALVES, Eduardo Augusto de Melo. **Perception of students in the 6<sup>th</sup> grade of elementary school on the autism spectrum: Case Study.** 2014. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Física na Educação Básica) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

### **ABSTRACT**

Individuals affected with Asperger Syndrome (AS), for some researchers, are autistic people with high intellectual and linguistic levels, however, there is no qualitative difference compared to more delayed or serious. For others, the AS should be distinguished qualitatively from autistic disorder. To these authors, present some serious deficiencies, because “there is a delay in language development”. But, if there is a development, this language is always acquired late and anomalously, being formally correct or even “too formal and correct”. This present study aimed to verify, by applying the interview, the knowledge that students without special needs are on the subject of autism spectrum: how they realize the importance of physical education classes for students with AS and how they relate to the student in this discipline. To this end, we used the descriptive research. The study included fifteen students enrolled in a class in the 6<sup>th</sup> grade of elementary school, having a student with AS in the inclusion process. The criterion for choosing the school and the class was purposeful. The results showed that the students, mainly this class, little know what is AS, and minority perceives physical or intellectual differences between them, primarily on student with AS. Therefore, from the point of view of these students, is important to the practice of physical education for better social interaction. Thus, concluded that it is extremely important to know the characteristics of AS, for the inclusion of students in physical education classes happen, enabling the teacher performing adaptations during lessons and around the school environment.

**Key words:** Asperger Syndrome. School Inclusion. Physical Education.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação da aluna com Espectro de Autismo .....	17
Quadro 1 – Lista de algumas deficiências e síndromes .....	17
Tabela 2 – Espectro de Autismo – Opinião dos alunos .....	18



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 DISCUSSÕES E RESULTADOS</b> .....	16
<b>3 CONCLUSÃO</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27
<b>APÊNDICES</b> .....	29
APÊNDICE A – Questionário das entrevistas .....	30
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	31
<b>ANEXOS</b> .....	32
ANEXO A – Lei nº 12.764 – Direitos da pessoa com autismo .....	33

## 1 INTRODUÇÃO

Klin (2006) destaca que o espectro do autismo refere-se à condição que varia quanto à apresentação clínica do quadro e a forma como ele se apresenta em cada criança, variando de caso para caso. A terminologia espectro sugere que as causas podem ser as mais variadas possíveis, fato esse que faz com que pesquisadores do mundo todo ainda busquem identificar a etiologia precisa do autismo.

Esse espectro refere-se a sujeitos que podem variar em grau de inteligência até altas habilidades em diferentes áreas, podendo ir desde um comprometimento na fala: leve, fazendo com que indivíduos falem demais; e um comprometimento profundo: o indivíduo não fala.

No Brasil, utiliza-se com mais frequência a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Pessoas com espectro do autismo são classificadas com o código F84-0:

Um transtorno invasivo do desenvolvimento, definido pela presença de desenvolvimento anormal e/ou comprometimento que se manifesta antes da idade de 3 anos e pelo tipo característico de funcionamento anormal em todas as três áreas: de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo. O transtorno ocorre três a quatro vezes mais frequentemente em garotos do que em meninas. (SILVA, 2003).

Fazem parte desse grupo pessoas com autismo atípico, Síndrome de Rett, outro transtorno desintegrativo da infância, transtorno com hipercinesia associada ao retardo mental e aos movimentos estereotipados, Síndrome de Asperger, outros transtornos globais do desenvolvimento e transtornos globais não especificados do desenvolvimento.

Outro manual também utilizado é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que no ano de 2013 lançou sua 5ª edição: DSM-V. Esse novo manual trouxe inovações quanto ao diagnóstico da Síndrome do Espectro do Autismo.

A principal diferença do anterior, de acordo com Gadelha (2013) refere-se à mudança da nomenclatura. O autismo não está mais na categoria de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), mas numa nova categoria: Transtorno de Espectro Autista. Isso acabou sendo uma mudança positiva, porque

as pessoas leigas saberão de imediato do que se trata. Além disso, não houve apenas uma mudança de nome, mas uma mudança de classificação.

Assim, eliminam-se as categorias de autismo, Síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo e transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação e todos passam a ser Transtorno de Espectro Autista, que é dividido nos níveis leve, moderado e severo.

Esse novo manual tem trazido muitas discussões acerca dessas mudanças e considerando o tempo de seu lançamento, não nos dá hoje uma segurança em avaliar com precisão o reflexo dessa alteração.

Mesmo ciente dessa nova proposta de classificação e considerando o foco de estudo desse trabalho, que é observar o processo de inclusão de alunos com Espectro de Autismo em uma escola regular, optou-se por considerar os documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esses documentos trazem, a respeito dessa temática, seu entendimento e principalmente sua nomenclatura.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), destaca que

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Na Lei nº 12.764 – Direitos da Pessoa com Autismo – de 27 de dezembro de 2012 (Anexo 1), em seu artigo terceiro – direitos da pessoa com transtorno do espectro autista – no item IV, quanto ao acesso, destaca-se o direito à educação e ao ensino profissionalizante. Educação esta que deve ser oferecida na rede regular de ensino, no processo de inclusão escolar.

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento a diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidade de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 8).

Ravazzi, Munhoz e Londrina (2009) destacam que na sociedade atual o termo inclusão tem sido muito utilizado, evidenciado na mídia, em projetos

sócios educacionais. Sabe-se que independente de qual inclusão estiver falando, essa não depende exclusivamente de leis, mas de atitudes onde realmente se deseja incluir algo ou alguém.

Um aluno, independente da sua necessidade educacional especial, quando incluído na rede regular de ensino, passa por adaptações emocionais, que muitas vezes não são percebidas pelos demais. Esse aluno está começando a fazer parte de um mundo antes desconhecido, com pessoas diferentes e que muitas vezes encontram nele certa estranheza e que, involuntariamente, demonstram atitudes discriminatórias, pela simples falta de conhecimento sobre como agir com uma pessoa deficiente ou, para ela, “diferente”.

Ravazzi e Gomes (2010) dizem que se não houver informação e um processo educativo eficaz, nos quais as atitudes relacionadas ao preconceito e à discriminação sejam dissipadas, fica difícil visualizar o processo de inclusão. Esse passa, antes de tudo, por mudanças de atitudes que não são determinadas por decretos ou leis, mas por um processo de conscientização e aceitação das diferenças.

Para Soler (2006) a inclusão dos alunos autistas fica muito mais visível nas aulas de Educação Física, pois os alunos ficam mais expostos à cobrança de movimentos perfeitos e à execução de movimentos previamente determinados.

O autor ainda comenta que:

O principal objetivo que a Educação Física tenta obter no trabalho com pessoas com necessidades especiais é sua total reintegração à sociedade, com autonomia, liberdade, criatividade e alegria. Outros objetivos complementares também são almejados, como melhora da condição motora, domínio do corpo para um desempenho de atividades biopsicossociais e um desenvolvimento sociocultural. (SOLER, 2006, p. 12).

Ao considerarmos o principal objetivo destacado pelo autor, o de proporcionar possibilidades para total reintegração deste aluno à sociedade, sabe-se que essa, entre outros espaços, acontece na escola. Assim, surgem alguns questionamentos acerca da inclusão do aluno com espectro do autismo na escola regular:

- Os alunos sem necessidades educacionais especiais têm alguma informação ou conhecimento sobre o espectro autista?

- Quando possibilitado a esses alunos uma oportunidade de convivência, como eles percebem a presença do aluno com SA nessa convivência?
- Especificamente, como percebem esse aluno com SA nas aulas de Educação Física?

Muitos trabalhos acerca da inclusão escolar têm sido realizados por diferentes pesquisadores, dentre eles, as temáticas mais estudadas referem-se à capacitação e qualificação dos professores para intervirem nesse processo e qual percepção o aluno com necessidade educacional especial tem acerca desse processo.

Sabe-se que a inclusão não acontece só nessas duas vias. Há outro elemento essencial para o sucesso da inclusão escolar: o aluno sem necessidade educacional especial. É ele quem vai, ou não, se relacionar com esse aluno no dia a dia da escola. Com isso, o presente trabalho se justifica, pois buscará apontar como o aluno sem necessidade educacional especial percebe a presença do aluno com SA nas aulas de Educação Física.

Esse trabalho tem como objetivo verificar, por meio da aplicação de instrumento entrevista, o conhecimento que alunos sem necessidade especial têm sobre a temática do espectro do autismo. Além disso, espera-se descobrir como eles percebem a importância das aulas de Educação Física para o aluno com SA e como ele se relaciona com esse aluno nesta aula.

## 2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Esse estudo caracteriza-se como sendo descritivo. Thomas e Nelson (2002) afirmam que seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas.

Cervo e Bervian (2002) afirmam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Dentro do método escolhido, o estudo de Survey é aquele que mais se enquadra em nossa proposta, pois é uma técnica de pesquisa que procura determinar práticas presentes ou opiniões de uma população específica (THOMAS e NELSON, 2002).

Fizeram parte deste estudo 15 alunos, matriculados no 6º ano do ensino Fundamental II, de uma escola da rede privada. A turma é composta por 25 alunos, incluindo a aluna com espectro de autismo “Síndrome de Asperger”, mas apenas 15 alunos retornaram o termo de consentimento livre e esclarecido, que foi enviado aos pais, para devida autorização da pesquisa.

A escolha da escola e da turma foi proposital, tendo em vista que o pesquisador é professor de Educação Física na mesma escola e leciona na turma escolhida, na qual está matriculada a aluna “R”, como será identificada a partir daqui.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, contendo dez questões que versam sobre a percepção dos alunos sobre o espectro do autismo, a opinião sobre a participação dessa aluna nas aulas de Educação Física e sua relação com esses alunos.

Os dados foram coletados em dia e horário previamente agendados com a coordenação da escola, para que não prejudicasse o andamento das aulas. Essa entrevista aconteceu individualmente em uma sala de aula previamente preparada. Utilizou-se uma câmera ES-80 Samsung e um tripé para sua fixação, sempre tendo a preocupação de filmar o entrevistado de costas, para preservação de sua imagem, atentando-se sempre à voz, para a coleta dos dados.

Foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Para a análise qualitativa utilizou-se o procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2002),

agrupando as respostas em categorias. Com a análise quantitativa verificou-se a frequência das respostas, para analisar a incidência das mesmas.

As perguntas foram divididas em quantitativas e qualitativas, onde se pôde definir e fundamentar.

As questões quantitativas são as de número 1 e 2 e serão analisadas em uma tabela abaixo e transcritas em seguida.

Tabela 1 – Identificação da aluna com Espectro de Autismo

<b>1- Nas aulas de Educação Física que você participa, algum aluno apresenta comportamento diferente da maioria dos alunos?</b>	( 3 ) SIM (11) NÃO ( 1 ) Outra resposta
<b>2- O que você acredita que um ou mais alunos possam ter?</b>	( 7 ) NÃO SEI ( 6 ) AUTISMO ( 4 ) DEFICIÊNCIA VISUAL

**Fonte:** o próprio autor

Quando questionados se percebiam algum aluno com comportamento diferente nas aulas de Educação Física dos quinze alunos, onze responderam que não notaram nenhum comportamento diferente nos alunos.

Três alunos identificaram comportamentos diferentes em uma aluna, e um aluno identificou que um deles usa óculos, portanto apresentou uma resposta fora do contexto ao qual se buscam os resultados.

Na sequência, foi entregue aos alunos uma pequena lista impressa com alguns tipos de deficiências e síndromes para que pudessem tentar identificar se, dentre eles, algum aluno apresentava ter características da lista visualizada, pois só assim é que poderíamos continuar nossa pesquisa devido ao pouco conhecimento dentre os pesquisados. Surgiu, então, o quadro abaixo:

Quadro 1 – Lista de algumas deficiências e síndromes

( ) Deficiência Visual	( ) Autismo “ Espectro Autista”
( ) Deficiência Motora	( ) Deficiência Auditiva
( ) Síndrome de Down	( ) Nenhuma das Alternativas

**Fonte:** o próprio autor

Dos quinze alunos, sete responderam que não saberiam identificar nenhum amigo que as tivessem, quatro responderam deficiência visual, pois um amigo usa lentes de grau elevado e seis alunos conseguiram identificar que dentre eles havia uma aluna com espectro de autista.

Sendo assim, as questões de 3 a 10 foram perguntadas somente para esses seis alunos. Com isso, cai o número de participantes para seis.

Obtendo o resultado que era esperado, partiu-se, então, para a pesquisa qualitativa. Na tabela a seguir serão expostas as perguntas e respostas. Posteriormente, os alunos serão enumerados de 1 a 6 para a transcrição das respostas.

Tabela 2 – Espectro do Autismo – Opinião dos alunos

3- Você sabe o que é o espectro do autismo?	( 2 ) SIM ( 4 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES
4- Você conhece algum autista?	( 4 ) SIM ( 0 ) NÃO ( 2 ) ÀS VEZES
5- Você acha que as aulas de Educação Física são importantes para a “R”?	( 6 ) SIM ( 0 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES
6- Durante as aulas de Educação Física, você ajuda a “R” quando precisa?	( 2 ) SIM ( 3 ) NÃO ( 1 ) ÀS VEZES
7- Você gosta de participar das aulas de Educação Física com a “R”?	( 6 ) SIM ( 0 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES
8- Os alunos como a “R” devem participar das aulas de Educação Física?	( 6 ) SIM ( 0 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES
9- O professor precisa fazer alguma adaptação nas aulas de Educação Física, para que a “R” participe?	( 0 ) SIM ( 6 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES



10- Imagine que você seja a “R”, você gostaria de participar das aulas de Educação Física com os demais alunos?	( 6 ) SIM ( 0 ) NÃO ( 0 ) ÀS VEZES
--	--

**Fonte:** o próprio autor

Quando questionados se sabem o que é o espectro do autismo, apenas dois alunos, os de número 1 e 2, que conseguiram associar o autismo à “R”.

O aluno número 1 diz que “o autista tem raciocínio rápido, é focado em alguma coisa”. Essa informação foi obtida por meio de outro professor da escola, que, em determinado momento e anteriormente a essa pesquisa, fez menção ao jogador de futebol Messi, alegando ter lido uma reportagem que destacava que esse jogador apresenta traços do espectro do autismo com características da Síndrome de Asperger. Assim, o jogador tem raciocínio rápido, seu olhar parece estar distante das pessoas e, com isso, pode ter sintomas de espectro do autista. Com isso, o aluno associou o jogador de futebol à aluna “R”.

Sobre a terminologia do autismo, encontramos, também, a expressão espectro do autismo. Para Schwartzman (2003) não há uma única classificação para o autismo e, sim, um espectro de desordens autísticas, nas quais aparecem as mesmas dificuldades em graus de comprometimentos variáveis.

A aluna número 2 é a mais próxima da aluna “R” em sala de aula e elas sentam-se ao lado uma da outra lado. A aluna 2 destaca que “ela é muito agitada, sente fortes dores de cabeça, falta muito às aulas por ir com frequência ao médico”. Nota-se que a aluna 2 percebe tudo, muito mais que seus amigos de sala.

Os alunos números 3, 4, 5 e 6 não conseguiram, porém, por meio dessa pergunta, identificar o que é o espectro do autismo. Dessa maneira, também não associaram “R” a esse caso.

Portanto, foi colocada outra pergunta que fez os alunos refletirem e responderem de maneira mais contundente, pois sabe-se que o espectro do autismo “Síndrome de Asperger” é um nome muito novo para a definição.

Conforme as respostas anteriores dos alunos números 1 e 2 foram satisfatórias, não necessitaram responder essa pergunta, que elucida o tema proposto.

A aluna número 3 possui parentesco com um autista e, por isso, conseguiu por meio de seus pais, uma definição do autismo. Ela destaca que “o

autista necessita de ajuda nos afazeres escolares em sala de aula e em casa. O autista não gosta de barulhos excessivos, não faz muitos amigos. A “R” tem poucos amigos na sala devido ao seu problema.” A aluna número 3 identifica “R” como uma autista apenas após a reformulação da questão, talvez por falta de atenção ou pelas nomenclaturas diferentes: “autismo” e “espectro autista – Síndrome de Asperger”.

O aluno número 4 percebe que “a “R” fala sozinha, tem dificuldades na escrita e não se comunica com os outros amigos. Não entendo nada do que ela fala em certos momentos”. Esse aluno senta-se perto da mesa dos professores e, por isso, disse que percebe “o comentário de alguns professores a respeito da escrita da “R”.” Sendo assim, o aluno número 4 identifica “R” como autista e reflete sobre as dificuldades que muitos professores enfrentam diante casos como o da “R”.

O aluno número 5 disse que não percebe “atitudes diferentes dos outros na “R”.” Isso pode acontecer pelo fato desse aluno sentar do outro lado da sala, que conta com 25 alunos, e por eles não terem muito contato. Porém, o aluno 5 afirma que percebe que a “R” “é um pouco desligada”.

A aluna número 6 comenta que não tem certeza “sobre o que a “R” tem”. Em contrapartida, a aluna afirma perceber “que ela tem um comportamento diferente dos outros”. Essa aluna não consegue visualizar que “R” é autista.

Depois de “R” ser identificada, todos, de forma contundente, concordam que as aulas de Educação Física são importantes para “R”. Os alunos números 1 e 4 dizem que “é necessária a participação da aluna nas aulas de Educação Física, pois é preciso que ela interaja mais”. Os alunos 3, 5 e 6 dizem que a Educação Física “desenvolve o corpo e ajuda a aprender a matéria”. E a aluna 2 diz que “a maioria dos alunos da escola moram em prédios e, com isso, necessitam fazer atividades físicas”.

Para Tomé (2007) o profissional deve utilizar atividades coerentes com a realidade da criança em função da tríade autística, caso contrário pode dificultar a aprendizagem e até mesmo causar frustração. É necessário usar um local que não tenha muito estímulo visual e aditivo, pois o aluno pode se distrair e perder o interesse na atividade.

As atividades devem ser selecionadas conforme a idade cronológica, com começo, meio e fim, tais como circuito com obstáculos, transposição, mudanças de direção, equilíbrio dinâmico e estático, saltos, lançamentos e jogos de bola ajudam na aquisição de habilidades motoras. (LABANCA, 2000 apud TOMÉ, 2007).

Para que isso ocorra, deve-se fazer circuitos de estações. López et al. (2007) pesquisaram e montaram um circuito que, gradativamente, duas estações semanais aumentavam, em um total de dez estações. Assim, a rotina dessas crianças não muda bruscamente e é estabelecida uma atividade física.

Alguns pesquisadores como França, Zuchetto e Nasser (2003) e, também, Gonzaga et al. (2005), relatam experiências referentes ao comportamento e desenvolvimento de alunos com espectro do autismo, no qual todos mostram que, em suas pesquisas, houve grande progresso quando analisado no comportamento, interação social. Concluiu-se que as atividades físicas e esportivas foram as que mais favoreceram a ocorrência de comportamentos positivos, sendo as bolas os materiais de preferência e algumas dificuldades na realização das atividades propostas pelos acadêmicos, que exigiam saltos, equilíbrio e movimentos rápidos.

Assim sendo, percebe-se o benefício da atividade física em referência às habilidades e destrezas motoras. As atividades recreativas são um caminho seguro para solucionar alguns dos problemas da SA.

A sexta pergunta do questionário, indaga os alunos na cooperação com a aluna “R” nos momentos em que a mesma sente dificuldades na prática da Educação Física.

Os alunos números 1 e 2 afirmam que ajudam “sempre”, pois eles costumam apoiá-la nos afazeres de sala e, com isso, vão para a quadra juntos, tentam auxiliá-la repetindo devagar o que o professor pede para ser feito e, com isso, buscam a participação dela nas aulas.

O aluno número 3 diz que tenta ajudar em alguns momentos, mas percebe que “nem sempre ela está ligada”. O aluno 3 afirma que gosta das atividades e participa delas, deixando a aluna “R” “ali no canto”.

A aluna número 4 compreende a necessidade de ajudar “R”, mas por não ter muito contato com ela, não a ajuda durante as aulas de Educação Física.

O aluno número 5 acredita que “ela não necessita de ajuda para a prática da Educação Física, pois as atividades são fáceis de serem entendidas, então basta interagir”.

A aluna número 6 afirma que não tem muito contato com a “R” e que, por isso, não a incentiva, já que nunca fica perto dela e tem outros amigos.

É importante ressaltar que as crianças com espectro do autismo se cansam logo, tanto física como mentalmente. Com isso, o professor deve estar

sempre atento, pois muitas vezes elas não têm a consciência disso: não se preocupam em pedir para o professor, também são insensíveis a níveis baixos de dor, têm a propriocepção alterada, podem ser incapazes de perceberem os estímulos do seu próprio corpo e responder a esses sentimentos de mal estar com condutas inapropriadas. (ATTWOOD, 2002).

Na sétima pergunta, os alunos foram questionados se gostam de participar das aulas de Educação Física com a “R”. De maneira contundente, todos, sem exceção, dizem “não haver problema algum em participar juntamente com ela nas aulas, pois ela pouco participa, fica mais olhando”. É importante observar que, nesta idade, todos gostam de participar de atividades nas quais se enfrentam em duas equipes e sempre há um vencedor. Dessa maneira, a equipe na qual a “R” participa tem um aluno a menos para “gladiar” com os outros, devido sua pouca participação nas aulas.

Pesquisas apontam que esses alunos pouco participam das atividades, mas, quando as fazem, são atividades com um início e um fim. Com isso apresentado, o circuito é comprovadamente a melhor maneira de se obter resultados.

A melhor forma de se executar as atividades são as que eles possam visualizar antes de praticar. Portanto, apresentar imagens para que os alunos possam visualizar o que irão praticar são fundamentais para o entendimento, além da explicação verbal, com muita calma e, se possível, com a retomada do assunto para uma boa compreensão. O detalhe fundamental é que isso deve ser feito em todas as aulas de Educação Física para esse aluno, para que haja uma rotina e, conseqüentemente, a realização das atividades com maior clareza.

O problema maior é fazer com que os outros alunos compreendam e executem as atividades sempre. Todos sabem que o “sempre” e a “rotina”, para esses alunos tidos como “normais”, não são vistos com bons olhos, pois a busca por algo novo é muito maior, é uma busca incessante e uma energia fora do normal, na qual os hormônios estão a todo vapor.

Na pergunta número 8, os alunos responderam se alunos como a “R” deveriam fazer aulas de Educação Física e, mais uma vez, todos dizem que sim.

Os alunos números 1, 2, 3, 5 e 6 dizem que “é bom fazer aula de Educação Física, porque ajuda a desenvolver o corpo e ajuda a fazer mais amigos”.

O aluno número 4 disse também que além de praticar esportes, a Educação Física colabora no “desenvolvimento do corpo e ajuda a desenvolver o cérebro”.

Rosadas e Magro (2005) afirmam que o objetivo é mostrar para os profissionais que o atendimento individualizado de Educação Física pode trazer inúmeros benefícios, tanto no âmbito psicomotor, como no social e afetivo.

Ravazzi e Gomes (2010) alertam para que os professores de Educação Física sigam rotinas e critérios nos quais existam alunos com Síndrome de Asperger, proporcionando, assim, uma aula inclusiva. É preciso pensar na Educação Física como uma disciplina que propicie reflexões aos alunos, trazendo ensino de movimentos que possam ter utilidades no seu dia a dia e que o aluno consiga, por meio desses movimentos, avanços sociais, melhoria de sua qualidade de vida, não em termos biológicos, mas em termos sociais. Esse aluno deve ser tratado com um Ser Humano em Movimento, tendo como qualquer outro o direito ao mínimo de autonomia.

A nona pergunta feita aos alunos questiona se eles acreditam que seja necessário o professor fazer adaptações nas aulas de Educação Física, para que a aluna “R” participe das aulas. Todos os alunos responderam que não é preciso criar alguma adaptação, pois afirmam que a “R” está apta para a prática de exercícios por “não ter nenhuma deficiência motora”.

No relato da aluna número 2 compreendemos melhor a colocação de todos quando afirma que “ela é um pouco gordinha, mas isso não impede de fazer aula, pois o aluno “C” também é e faz normalmente”.

Conforme afirmam Araújo e Silva (2004), a criança com Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) demonstra com mais precisão as características da doença em idade escolar. O profissional da educação é um dos mais indicados para encaminhar essas crianças para um diagnóstico especializado desse problema, devido à sua convivência cotidiana com a criança em situações grupais. Mediante a constatação do problema, o educador deve informar aos pais, orientando o procedimento a ser seguido.

Nesse transtorno, a criança apresenta dificuldade em diferenciar a direita da esquerda, em orientar-se no espaço, em fazer discriminações auditivas e em elaborar sínteses auditivas. Apresenta, também, alterações de memórias visual e auditiva, além da má estruturação do esquema corporal (GOLFETO, 1993).

Biasatti (2003) pesquisou crianças autistas em escolas regulares para verificar se essas se adaptavam no contexto escolar e, principalmente, nas aulas de Educação Física. Em sua conclusão, constatou-se que devido a estrutura e organização que elas precisam nas atividades, as aulas de Educação Física não fornecem as necessidades organizacionais suficientes. O autor deixa claro que não é contra a integração escolar e aponta os benefícios da socialização, mas acredita que as aulas de Educação Física não são uma área para promover a integração.

Analisando esses erros, propõe-se o projeto de integração de autistas em pequenos grupos nas aulas de Educação Física, realizando um processo de informação e consciência com alunos “normais”, entre outros instrumentos, sempre levando em conta a subjetividade de cada caso.

A décima pergunta fez os alunos pensarem se fossem como a aluna “R”, gostariam de participar das aulas de Educação Física? As respostas foram unânimes: sim. O aluno número 4 afirma que “é necessário participar das aulas de Educação Física, mas comer, nem tanto”. O aluno número 5 apresenta sua justificativa alegando que “não conseguiria vir para a escola se soubesse que não há aulas de Educação Física”.

É evidente que todos veem a necessidade da prática da Educação Física, mas não conseguem entender a dificuldade da aluna “R” nessa prática, devido à pouca informação que eles têm sobre o espectro do autismo, especificamente, a SA, diagnosticada na aluna “R”.

Entende-se que para a inclusão de alunos com Síndrome de Asperger, no ensino regular, é necessário um trabalho em torno da comunidade, dos pais, da coordenação, dos professores e, principalmente, dos alunos, para que esses possam compreender o significado de inclusão e consigam entender que é necessário o comprometimento deles junto ao aluno de inclusão. Portanto, nos dias atuais, é extremamente impossível uma inclusão de forma correta, na qual o aluno possa realmente se desenvolver.

### 3 CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, podemos concluir que o conhecimento dos alunos entrevistados, sem necessidades especiais, sobre o espectro do autismo é baixo. Em relação à aluna autista, em especial, não há discriminação por parte desses alunos, pois eles não a veem como uma pessoa que atrapalha as aulas de Educação Física. Esses alunos não entendem o problema da aluna “R”, portanto, é necessário que participem de aulas ou palestras sobre o tema, para que possam tentar interagir com a aluna e, assim, conseguirem enxergá-la com um novo olhar.

O estudo mostrou que os alunos percebem a importância das aulas de Educação Física para o aluno com SA, principalmente quando afirmam que a maioria dos alunos vive em prédios e não tem como fazer atividades físicas ou quando percebem que a aluna autista é um pouco desligada, mas que com a prática de exercícios ela pode ficar mais atenta.

Quanto à forma como esse aluno se relaciona com a aluna “R”, pode-se concluir que o contato não é frequente, pois percebem que ela é de pouca conversa, mas entendem a necessidade de fazer mais amigos. De acordo com o próprio relato dos alunos, ela é de pouca conversa e de gestos estranhos, por isso preferem a amizade de quem eles possam “brincar”.

Portanto, deve-se buscar meios para que um aluno com SA possa participar um pouco mais nas atividades físicas, nas quais, com certeza, os alunos estão mais receptivos e propícios a interagir com um aluno autista.

É importante destacar que os alunos sem deficiência percebem que aspectos físicos, algumas vezes, impedem a realização de exercícios físicos de uma forma “normal” e relacionam o fato da aluna “R” apresentar peso acima do “normal” com a não realização de atividades físicas.

É necessário que esses alunos tenham, de uma forma quase contínua, um aprendizado por meio de palestras e vídeos, que eles reflitam sobre esse e outros temas, para que cada dia mais possam não tratar alunos de inclusão como alunos de inclusão, mas como alunos normais, com algumas limitações.

Assim, conclui-se que os benefícios que a inclusão traz para o convívio escolar, a visão que esses alunos têm sobre o espectro do autismo “Síndrome de Asperger” e esse convívio contribuem para que o processo de inclusão

aconteça de forma natural.

Esse estudo limita-se a uma turma de 6° ano, em uma escola privada de Londrina. Sugere-se que outros estudos sejam feitos em diferentes situações na tentativa de identificar como alunos com espectro de autismo são identificados e aceitos por alunos e professores.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.; SILVA, S. A. P. S. **Comportamentos indicativos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças de 6 a 10 anos: alerta para pais e professores.** Revista PIBIC, v. 1, n. 1, p. 55-64, 2004. Disponível em: <<http://www.unifieo.br/files/download/site/PIBIC/IniciacaoCientifica/0218edfma.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.
- ATTWOOD, T. **Frameworks for behavioural interventions. Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America.** 12 (in press). USA. 2002
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BIASATTI, Marcelo Fabián. **A integração de crianças com autismo nas aulas de Educação Física.** Revista Digital, Buenos Aires, ano 12, n. 110, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd110/la-integracion-de-ninos-con-autismo-en-las-clases-de-educacion-fisica.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n. 17**, de 03 de julho de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Relatores: Kuno Paulo Rhoden e Sylvia Figueiredo Gouvêa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 ago. 2001.
- FRANÇA, C.; ZUCHETTO, A.; NASSER, J.P. **Uma opção para melhorar o desempenho social de pessoas com síndrome do autismo.** 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd110/Una-opção-i-melhorar-o-desempeno-social-de-personas-con-síndrome-de-autismo-html>>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- GADELHA, Camila. **Autismo e o DSM V.** 2013. Disponível em: <<http://blogs.d24am.com/artigos/2013/05/30/autismo-e-o-dsm-v/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- GOLFETO, José Hércules. **A criança com déficit de atenção: aspectos clínicos, terapêuticos e evolutivos.** Campinas, 1993. Documentação não publicada elaborado na Unicamp (Universidade de Campinas).

GONZAGA, M. et al. **Benefícios da atividade física com o portador de autismo: relato de experiência dos alunos.** Revista da Sobama, v.10, n. 1, Suplemento 5, dez. 2005.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, supl. I, p. 10, 2006.

LÓPEZ, Ismael Peñalver et al. **A criança autista em sala de aula de educação física: elaboração de um circuito de estações.** Revista Digital, Buenos Aires, ano 12, n. 108, maio 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd108/el-nino-autista-en-la-clase-de-educacion-fisica.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

RAVAZZI, Lilian; GOMES, Nilton Munhoz; LONDRINA, Universidade Estadual de. **A inclusão de alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física.** UEL – Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/036.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

RAVAZZI, Lilian; GOMES, Nilton Munhoz. **Levantamento bibliográfico sobre Educação Física e Autismo.** UEL – Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/089-2011.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ROSADAS, S. C.; MAGRO, R. M. **Atendimento individualizado em um programa de Educação Física adaptada na UNESP de Rio Claro.** Revista da Sobama, v. 10, n. 1, Suplemento 5, dez. 2005.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Rett. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, vol.25, n.2, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v25n2/v25n02a12.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

SILVA, Eduardo Henrique Corrêa da. Autismo – CID-10. 2003. Disponível em: <<http://www.autismo-br.com.br/home/D-cd-10.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e aprendendo na educação física especial: planos de aula.** 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de Pesquisa em atividade física.** Porto Alegre, Artemd: 2002.

TOMÉ, M. C. **Educação Física como Auxiliar no Desenvolvimento Cognitivo e Corporal de Autistas.** Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 8, n. 11, p. 231-248, jul/dez 2007.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Questionário das entrevistas

**Pergunta 1:** Nas aulas de Educação Física que você participa, algum aluno apresenta comportamento diferente da maioria dos alunos?

**Pergunta 2:** O que você acredita que um ou mais alunos possam ter?

- ( ) Deficiência Mental
- ( ) Deficiência Motora
- ( ) Deficiência Visual
- ( ) Autismo
- ( ) Síndrome de Down
- ( ) Não sei

**Pergunta 3:** Você sabe o que é o Espectro do Autismo?

**Pergunta 04:** Você conhece algum Autista?

**Pergunta 05:** Você acha que as aulas de Educação Física são importantes para a aluna “R”?

**Pergunta 06:** Durante as aulas de Educação Física, você ajuda a “R” quando precisa?

**Pergunta 07:** Você gosta de participar das aulas de Educação Física com a “R”?

**Pergunta 08:** Os alunos como a “R” devem participar aulas de Educação Física?

**Pergunta 09:** O professor precisa fazer alguma adaptação na aula de Educação Física, para que a “R” participe das aulas?

**Pergunta 10:** Imagine que você seja a “R”, você gostaria de participar das aulas de Educação Física com os demais alunos?

## APÊNDICE B

Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos realizando uma Pesquisa na Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, Centro de Educação Física e Esporte, para um Trabalho de Conclusão de Curso, que tem o título: **Percepção dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental sobre o Espectro do Autismo:** estudo de caso, e gostaríamos que o aluno \_\_\_\_\_, da Escola Maestral que convive em sua sala de aula, com um aluno que possui Síndrome de Asperger e está sob sua responsabilidade, participasse da mesma.

Os objetivos desta pesquisa são:

- \*Mostrar os conhecimentos que os alunos têm acerca do Espectro do Autismo.
- \*Levantar seu posicionamento frente à inclusão deste aluno nas aulas de Educação Física.
- \*Identificar como se processa a interação social deste aluno na visão dos demais alunos.

Caso aceite que o aluno, que está sob sua responsabilidade, participe desta pesquisa, gostaríamos que soubesse que:

a) Os dados coletados através do questionário respondidos por ele poderão ser divulgados em trabalhos apresentados em eventos técnico-científicos e publicações técnicas da área.

b) Na utilização e apresentação dos dados coletados, será preservado o anonimato dos participantes bem como qual escola ele esta matriculado.

Eu, \_\_\_\_\_  
portador do RG: nº \_\_\_\_\_, responsável por pelo  
aluno \_\_\_\_\_, declaro estar ciente de que a  
participação é voluntaria e que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos e  
procedimentos desta pesquisa.

Eduardo Augusto de Melo Gonçalves

Telefone: 43- 9991-9173.

**ANEXOS**

## ANEXO A

Lei nº 12.764 – Direitos da pessoa com autismo

### **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.**

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV – (VETADO);

V – o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII – o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV – o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.



Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

§ 2º (VETADO).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF, *José Henrique Paim Fernandes Miriam Belchior*

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm).